

dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MM^a. Juíza de Direito da 1^a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG. Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0371863-97.2016.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 em face de VANDIR JOSE DA SILVA - CPF: 381.856.876-68. É o presente para INTIMAR VANDIR JOSE DA SILVA - CPF: 381.856.876-68 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 561,11 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade - Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel - Juíza de Direito.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MM^a. Juíza de Direito da 1^a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG. Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 5003195-86.2021.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 em face de MARIA APARECIDA DE SOUZA - CPF: 005.762.976-58. É o presente para INTIMAR MARIA APARECIDA DE SOUZA - CPF: 005.762.976-58 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 702,28 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de Abril de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade - Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel - Juíza de Direito.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 (QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MM^a. Juíza de Direito da 1^a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG. Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0523341-89.2015.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 em face de ELOA DE ABREU PIRES - CPF: 964.517.266-72. É o presente para INTIMAR ELOA DE ABREU PIRES - CPF: 964.517.266-72 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 586,38 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e

passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade - Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel - Juíza de Direito.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MM^a. Juíza de Direito da 1^a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG. Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 5028191-80.2023.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 em face de MARCELA CUNHA JUNQUEIRA - CPF: 109.884.576-52. É o presente para INTIMAR MARCELA CUNHA JUNQUEIRA - CPF: 109.884.576-52 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 681,25 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de Abril de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade - Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel - Juíza de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS - PRAZO 30 DIAS - Silveimar José Henriques Salgado, MM. Juiz de Direito da 4^a Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc., FAZ SABER que tem curso perante este Juízo e respectiva Secretaria os autos do PJE Nº 5002019-14.2017.8.13.0145, Ação do Procedimento Comum que REVAL ATACADO DE PAPELARIA LTDA, CNPJ 52.434.156/0001-84, move em face de PERFECT PRINT RECARGA E INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ 11.149.140/0001-42, que se encontra em local incerto e não sabido, conforme declaração nos autos, para pagamento da quantia de R\$ 490,99 (quatrocentos e noventa reais e noventa e nove centavos), a título de custas, de Taxa Judiciária, de multa penal e de outras despesas processuais devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. CUM PRA SE. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 10 de abril 2026. Eu, Tatiane Mary de Godoy Fasolato, Gerente de Secretaria da 4^a Vara Cível, o digitei, assinando eletronicamente o MM. Juiz de Direito, Silveimar José Henriques Salgado.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 1^a VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 (QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MM^a. Juíza de Direito da 1^a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG. Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0459139-11.2012.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 em face de CARLOS SOARES - CPF: 247.474.916-00. É o presente para INTIMAR CARLOS SOARES - CPF: 247.474.916-00 para proceder ao recolhimento da importância de R\$

611,65 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade - Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel - Juíza de Direito.

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SUCESSÕES, EMPRESARIAL E DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE JUIZ DE FORA. Rua Marechal Deodoro, nº. 662, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP: 36015900. Tel.: (32)32375800, e-mail: jfasucessoesempresarial@tjmg.jus.br. EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO. Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 12/06/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 12/06/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior ao valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.alessandroteixeiraileiloes.com.br PROCESSO: Autos nº 5000571-64.2021.8.13.0145 de INVENTÁRIO, em que é Requerente ALEXSANDRA DE LOURDES BELIZARIO (CPF: 066.623.706-90), Y. B. P. (CPF: 185.553.106-28) e Inventariado JÚLIO CÉSAR VELOSO PENAQUI (CPF: 013.051.386-51). DESCRIÇÃO DO BEM: 01 (um) Veículo I/Ford Ranger XL 13F, ano de fabricação/modelo 2001/2002, tipo Caminhonete, placas MTK3034, cor vermelha, combustível diesel Renavam 00778177866, Chassi 8AFER13F32J245091. Conforme Oficial de Justiça Avaliador: O veículo está parado na garagem a cerca de 02 (dois) anos e não está com seu funcionamento perfeito (o motor não liga). Não foi possível visualizar a quilometragem rodada. Lantaria e lanternas com pequenas avarias. Estofado em tecido e pneus em regular estado. (RE)AVALIAÇÃO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 06 de novembro de 2024. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 06 de novembro de 2024. *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: Valor da dívida não especificado. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Francisco Rodrigues Silva, nº 85, Santo Antônio, Juiz de Fora/MG. DEPOSITÁRIO: Não informado. ÔNUS: Constatam débitos de IPVA (2022 e 2023) autuados; Débitos de IPVA (2024 E 2025) no valor de R\$ 3.030,90 (três mil e trinta reais e noventa

centavos), em 01/04/2026; Débitos de Licenciamento (2022 a 2026) no valor de R\$ 416,16 (quatrocentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), em 01/04/2026; Outros eventuais constantes na Detran/MG e/ou SENATRAN. O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que officie as Varas e o Detran para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. Ficam cientes os licitantes que, se tratar de leilão de veículos apreendidos, devido a irregularidades, estão sujeitos à alterações no estado original em razão de sinistros, adulterações e outras alterações não detectadas no momento da perícia. **BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem o veículo, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos Tributários (IPVA, DPVAT, multas, licenciamento e demais taxas), serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, ^ocaput, e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do bem arrematado, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. **DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br. Ao efetuar o

cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. **LEILOEIRO:** O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, ALESSANDRO DE ASSIS TEIXEIRA, JUCEMG sob n.º 992/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei. **COMO PARTICIPAR DO LEILÃO:** Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o

segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. **PAGAMENTO DE FORMA À VISTA:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015). **ARREMATACÃO PELO CREDOR:** Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro. **VENDA DIRETA:** Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. **VISITAÇÃO:** É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem. **DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS:** Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do e-mail contato@alessandroteixeiraleiloes.com.br. **PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015. **ARREMATACÃO:** Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que

trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o Executado JULIO CESAR VELOSO PENAQUI e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do bem, poderá remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. CUMPRE-SE: DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca. Juiz de Fora/MG, 15 de abril de 2026. Eu, (a) Luciana Medina Ronzani, Oficiala Judiciário. AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA, Juiz de Direito

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0276078-74.2017.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de MANOEL AGUIAR OTERO - CPF: 150.756.486-49. É o presente para INTIMAR MANOEL AGUIAR OTERO - CPF: 150.756.486-49 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 586,38 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA~~

~~PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0413820-44.2017.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de FERNANDO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF: 725.741.947-72. É o presente para INTIMAR FERNANDO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF: 725.741.947-72 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 586,38 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0093551-04.2010.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de MARLI CUNHA FINAMORE - CPF: 508.597.906-06. É o presente para INTIMAR MARLI CUNHA FINAMORE - CPF: 508.597.906-06 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 636,92 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0434396-58.2017.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de CARLOS ALBERTO GONCALVES DE SOUZA - CPF: 194.265.506-15. É o presente para INTIMAR CARLOS ALBERTO GONCALVES DE SOUZA - CPF: 194.265.506-15 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 586,38 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública~~

~~do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 5017682-27.2022.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de ANA MARIA RODRIGUES SAVINO - CPF: 234.668.206-34. É o presente para INTIMAR ANA MARIA RODRIGUES SAVINO - CPF: 234.668.206-34 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 647,22 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 5015863-26.2020.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338-178/0001-02 em face de BARBARA MERGH SETTE FINAMORE PARATELLA - CPF: 047.251.696-50. É o presente para INTIMAR BARBARA MERGH SETTE FINAMORE PARATELLA - CPF: 047.251.696-50 para proceder ao recolhimento da importância de R\$ 556,68 a título de custas finais (custas judiciais, taxa judiciária e de outras despesas processuais), devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Juiz de Fora/MG, aos 15 de ABRIL de 2026. Gustavo José do Nascimento Trindade e Gerente da Secretaria Roberta Araújo de Carvalho Maciel e Juíza de Direito.~~

~~COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG e SECRETARIA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15(QUINZE) dias. A Dra. Roberta Araújo de Carvalho Maciel, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora/MG - Faz saber que tramita a ação de EXECUÇÃO FISCAL Nº 0561498-73.2011.8.13.0145, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, CNPJ:~~